

CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
BFQ CBFQ CBFQ CBFQ
FQ CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ
CBFQ CBFQ CBFQ

Mercado de Trabalho
e Discriminação Sexista

DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA O Informal no Brasil em 1990

A análise das mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro entre 1981 e 1990 aponta como características marcantes a intensificação do processo de urbanização; o crescimento da população ocupada em atividades não agrícolas, sobretudo no setor terciário e o aumento das taxas de atividade, destacando-se a das mulheres. A proporção de mulheres na população economicamente ativa passou de 31,2%, no início do período, para 35,6% em 1990¹.

Apesar de vários estudiosos do crescimento e diversificação do trabalho feminino registrarem uma entrada acentuada de mulheres em ocupações de nível superior ou gerencial, a concentração ocupacional das mulheres se mantém, fazendo com que quase metade delas encontrem-se ligadas a atividades que geram baixa remuneração, sem proteção da legislação trabalhista ou previdenciária, realizadas muitas vezes no próprio domicílio ou na rua, principalmente em jornadas parciais de trabalho.

Neste trabalho, focalizamos a diferenciação por gênero e raça no segmento menos estruturado do mercado de trabalho. Procura-se dimensionar o peso do setor informal na economia brasileira em termos de geração de postos de trabalho e avaliar a especificidade da inserção da mulher em contraposição à do homem, de acordo com variáveis que evidenciam a precariedade das relações de trabalho e o distanciamento dos benefícios do desenvolvimento econômico e social.

A mensuração do setor informal não é tarefa fácil. Seu campo de atividades é bastante heterogêneo e engloba diferentes formas de organização da produção (do pequeno produtor independente à microempresa) e diferentes tipos de trabalho (emprego doméstico, comércio ambulante, bíscaiteiros etc). Portanto, a primeira questão que se coloca refere-se ao que se entende por setor informal e sua abrangência.

¹ SOUTO, J., PORCARO, R. e FILGUEIRAS, A. *Mudanças no Perfil de Trabalho e Rendimento* IBGE, 1993.

A identificação dos trabalhadores do setor informal deve ser feita a partir das características das unidades produtivas onde exercem suas atividades, ou seja, a partir da fonte geradora de empregos². As unidades econômicas pertencentes ao setor informal caracterizam-se por produzir em pequena escala e pelo baixo nível de organização e inexistência de separação entre capital e trabalho enquanto fatores de produção, já que seu proprietário é também um trabalhador. As relações de emprego, nestes pequenos empreendimentos, quando existem, baseiam-se em relações pessoais ou de parentesco ou, ainda, em trabalho temporário. Além disso, são empresas familiares onde não há separação entre patrimônio da empresa e de seus proprietários. Deve ficar claro, também, que as unidades que compõem o setor informal não desenvolvem suas atividades com intenção deliberada de evasão fiscal ou de não pagamento de contribuições sociais, infração de legislação trabalhista ou administrativa. E, por fim, vale ressaltar que a classificação da unidade produtiva como informal independe do tipo de local em que as atividades são desenvolvidas e da regularidade do processo produtivo.

No Brasil, até o presente momento, ainda não foi feita uma pesquisa específica e abrangente sobre o setor informal³. Entretanto, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que em seus suplementos de 1989 e 1990 procurou investigar mais detalhadamente as condições de trabalho no país através de variáveis-chave como tamanho do empreendimento em que a pessoa trabalhava na semana de referência da pesquisa e o local em que desenvolvia este trabalho, permite firmar boa aproximação deste segmento.

Admitindo-se que o tamanho do empreendimento guarda forte relação com as características de sua organização e funcionamento, que são as pequenas unidades produtivas que apresentam características de informalidade, neste estudo optou-se por adotar como aproximação estatística da economia informal o subconjunto de pessoas ocupadas em empreendimentos não agrícolas que ocupam no máximo cinco trabalhadores, aí incluídos proprietários, empregados com ou sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores não remunerados. Foram também consideradas parte integrante do setor informal as pessoas ocupadas nos Serviços Domésticos Remunerados em seu conjunto.

A decisão de considerar apenas as atividades não agrícolas fundamenta-se no caráter particular do trabalho e das formas de inserção nas atividades agrícolas, bastante distintos do mercado de trabalho urbano. A análise em separado dos trabalhadores dos Serviços Domésticos Remunerados prende-se ao fato de que neste setor de atividade são produzidos serviços não mercantis, pelas famílias enquanto empregadoras de trabalhadores

² OIT. 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho. Realizada em Genebra, em janeiro de 1993.

³ O IBGE está desenvolvendo, no Departamento de Emprego e Rendimento - DEREN, um projeto de pesquisa sobre o setor informal que pretende abranger as atividades desenvolvidas em pequenos empreendimentos (com até cinco empregados) em áreas urbanas.

domésticos. Além disso, produz-se valores de uso, enquanto nas outras atividades produz-se valores de troca.

Uma das primeiras preocupações deste estudo foi dimensionar o total das pessoas ocupadas no setor informal, diferenciando-as em dois grandes grupos: os trabalhadores domésticos e os trabalhadores em pequenos empreendimentos não agrícolas. A partir daí procurou-se investigar as principais características e formas de inserção dos trabalhadores por gênero, identificando a diferenciação existente entre homens e mulheres.

Como a literatura existente sobre o mercado de trabalho no Brasil indica a existência de uma nítida, persistente e renovada desigualdade entre brancos e negros⁴, procurou-se, através da variável cor, avaliar até que ponto esta diferenciação está presente, também, no setor informal. As informações da PNAD permitem classificar a população em brancos, pretos, pardos, amarelos ou indígenas conforme a autotaxiagem do informante. Entretanto, vale a pena mencionar que apenas 0,7% das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas são amarelos, concentrados principalmente em São Paulo.

O setor informal no Brasil

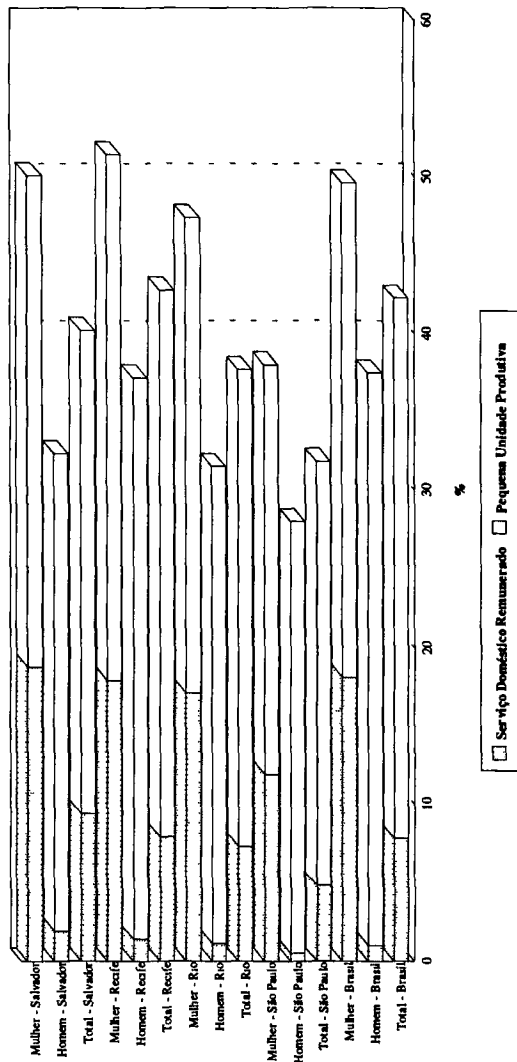
A economia informal, tal como definida, é responsável pela absorção de mais de 40% dos trabalhadores ocupados em atividades não agrícolas no Brasil. Nos Serviços Domésticos Remunerados, trabalham 7,8% do total de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas e 34,5% trabalham em pequenas unidades produtivas com características de organização familiar ou de trabalho independente. Conforme mostra o Gráfico 1, a importância do setor informal é bem maior entre as mulheres do que entre os homens, principalmente em consequência do peso da prestação de serviços domésticos entre as primeiras (18,1%).

Ao dimensionar o peso do informal de acordo com a raça, observou-se que para os trabalhadores não brancos a participação em unidades informais é mais acentuada do que para os brancos (47,2% contra 39,0%, respectivamente), também em decorrência do peso dos serviços domésticos.

A análise em nível nacional pode, entretanto, esconder realidades regionais bastante diferenciadas. Optou-se, então, por destacar, também, a situação em quatro regiões metropolitanas: São Paulo e Rio de Janeiro, que concentram cerca de 25% dos trabalhadores urbanos, e Recife e Salvador, os dois centros mais populosos da Região Nordeste. A primeira diferenciação regional transparece pela importância de cada um dos componentes do setor informal nestas regiões. Recife, onde o peso do informal é mais elevado (42,8% dos trabalhadores não agrícolas), apresenta também maior proporção de pessoas em pequenas unidades produtivas. Salvador distingue-se pela

⁴ OLIVEIRA, L. E. et al., *O Lugar do Negro na Força de Trabalho*. Rio de Janeiro. IBGE, 1980

Gráfico 1- Peso do setor informal em relação às atividades não agrícolas



maior proporção de trabalhadores domésticos - quase 10% de sua força de trabalho não agrícola -, porém a parcela ligada aos pequenos empreendimentos é semelhante à do Rio de Janeiro (30%). E São Paulo apresenta índices menores para os dois componentes.

Uma vez apontada a importância da economia informal, considerando sua partição em dois componentes distintos, segundo o gênero e raça, e também em sua dimensão regional, analisamos em primeiro lugar o conjunto dos trabalhadores em pequenos estabelecimentos. Em seguida, destacamos as especificidades do trabalho doméstico remunerado.

Trabalhadores em pequenas unidades de produção

A distribuição das pessoas ocupadas em pequenos empreendimentos - 76,9% dos trabalhadores - evidencia a elevada participação do setor terciário na absorção de mão-de-obra. As atividades de prestação de serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção e serviços pessoais são responsáveis por praticamente 1/3 dos postos de trabalho. O comércio absorve 27,5% dos trabalhadores, sendo 9,2% como ambulantes ou feirantes. A participação do setor secundário (indústria de transformação e construção civil) é de aproximadamente 23%.

Entretanto, homens e mulheres têm inserções diferentes por setor de atividade. As mulheres participam relativamente mais no comércio, na prestação de serviços e em atividades sociais, enquanto os homens são relativamente mais numerosos nas atividades secundárias e em alguns segmentos do terciário como transportes, comunicações e serviços de utilidade pública, serviços financeiros, técnicos, profissionais e de administração de imóveis.

A análise das formas de inserção dos trabalhadores nas pequenas unidades produtivas, da proporção de contribuintes para a Previdência Social e do local de trabalho em que desenvolvem suas atividades, mostra outros aspectos que distinguem homens e mulheres no mundo do trabalho e reforçam as diferenças regionais.

A distribuição das pessoas ocupadas nos pequenos empreendimentos segundo sua posição na ocupação evidencia o grau de precariedade das relações de trabalho aí desenvolvidas, tanto para os homens quanto para as mulheres.

No conjunto dos trabalhadores em atividades não agrícolas, 52,2% das pessoas ocupadas eram empregados com carteira, 20,7% empregados sem carteira, 20,3% conta própria, 4,6% empregadores e 2,2% não remunerados⁵. Entretanto, nas pequenas unidades produtivas, tanto entre homens quanto entre mulheres, menos de 10% trabalham com carteira assinada e mais da metade são trabalhadores por conta própria, proporção que chega a 63,9% entre as mulheres. Um dado que surpreende é a maior proporção de

⁵ IBGE. *Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil*, nº 1, Rio de Janeiro, 1994.

homens empregados sem carteira assinada, 24,2% contra 13,5% das mulheres. A diferença a favor dos homens é, no entanto, marcada entre os empregadores, que representam 10,4% contra 4,5% das mulheres, enquanto que nos não remunerados a participação das mulheres chega a 8,3% contra 3,8% dos homens (Quadro 1).

Apesar de os homens apresentarem índices mais alarmantes no que diz respeito à ausência de vínculos contratuais, a aparente vantagem das mulheres é mais do que neutralizada quando outros aspectos que distinguem homens e mulheres no mundo de trabalho são considerados, como veremos mais adiante.

Quando se observa a raça dos trabalhadores do setor informal em relação à sua participação no total da população ocupada, acontece fenômeno semelhante ao verificado para as mulheres, a saber, uma sobre-representação de não brancos em posições caracterizadas por maior precariedade. Assim, enquanto os brancos perfazem 58,6% da população ocupada contra 41,4% de não brancos, no setor informal esses valores passam para 56,5% e 43,5%, respectivamente.

Além da população não branca estar relativamente mais representada nas atividades informais do que a branca, constata-se que ela apresenta situação de maior precariedade. Ainda que a proporção de empregados sem carteira seja praticamente igual nos dois estratos, os não brancos participam menos como empregados com carteira e como empregadores e mais como trabalhadores por conta própria.

A proporção de mulheres trabalhando por conta própria é próxima de 70% em Recife, Salvador e Rio de Janeiro, enquanto entre os homens essa parcela é de cerca de 55%. Apenas São Paulo apresenta uma participação menor desta categoria e menor diferencial entre a participação de homens e mulheres.

Deve-se ressaltar, também, que as mulheres têm maior participação relativa como não remuneradas do que os homens - chega a 8,5% das trabalhadoras não brancas, em Recife - o que pode ser explicado pelo fato de que muitas vezes a mulher ajuda em negócio do marido ou dos filhos, não recebendo nenhum salário por este trabalho, porém contribuindo ativamente na geração do produto e, portanto, da renda familiar.

São Paulo é a região metropolitana onde o percentual de trabalhadores, independente do gênero, nas categorias empregados - com ou sem carteira - e empregadores é mais elevado e a proporção de autônomos menor, indicando que nesta região as atividades se organizam mais como "empresas" do que nas outras, onde prevalece o trabalho independente.

No estudo das condições de trabalho nas pequenas unidades produtivas, chama a atenção a pequena proporção de trabalhadores que contribuem para a Previdência Social: apenas 1/3 (33,6%) (Quadro 2). Vale mencionar que no conjunto dos trabalhadores em atividades não agrícolas essa proporção é de 62,8%.

Quadro 1 - Distribuição dos trabalhadores das pequenas unidades produtivas por posição na ocupação segundo sexo - 1990

Regiões Metropolitanas	Total	Posição na Ocupação				
		Empregado com Carteira	Empregado sem Carteira	Conta Própria	Empregador	Não Remunerado
Brasil						
Homem	100,0	8,9	24,2	52,8	10,4	3,8
Mulher						
Total	100,0	9,7	13,5	63,9	4,6	8,2
Não Branca	100,0	7,3	13,7	68,7	2,6	7,6
São Paulo						
Homem	100,0	13,0	18,5	55,1	11,5	1,9
Mulher						
Total	100,0	13,8	16,9	58,0	7,1	4,3
Não Branca	100,0	12,6	18,5	58,0	5,5	5,5
Rio de Janeiro						
Homem	100,0	12,1	20,8	55,1	10,8	1,3
Mulher						
Total	100,0	10,6	10,9	72,8	3,4	2,3
Não Branca	100,0	9,6	9,6	76,1	2,0	2,6
Recife						
Homem	100,0	6,7	25,4	56,6	8,2	3,1
Mulher						
Total	100,0	6,4	12,1	69,3	4,4	7,9
Não Branca	100,0	5,2	12,6	70,1	3,6	8,5
Salvador						
Homem	100,0	7,0	19,9	59,3	9,6	4,2
Mulher						
Total	100,0	7,3	11,3	70,9	6,1	4,4
Não Branca	100,0	6,8	11,9	71,9	5,1	4,3

Fonte: PNAD 1990 - Suplemento Trabalho

A comparação entre os sexos revela que os homens contribuem relativamente mais (38,3%) do que as mulheres (25,3%), sendo que não brancas apresentam situação ainda mais vulnerável. São Paulo e Rio de

Janeiro mostram índices de contribuição bem acima da média nacional, enquanto em Recife e Salvador é maior a precariedade.

A baixa proporção de contribuintes certamente decorre, entre outros fatores, do tipo de vínculo que estes trabalhadores têm com seu trabalho e do nível de seus rendimentos. Preponderam trabalhadores por conta própria, porém com diferenças significativas por gênero em cada região. O diferencial entre homens e mulheres pode chegar a 20 pontos percentuais, como é o caso do Rio de Janeiro. Apenas em Salvador a proporção de mulheres contribuintes supera a dos homens.

Quadro 2 - Proporção de pessoas que contribuem para a previdência por sexo e cor - 1990

	Brasil	Regiões Metropolitanas			
		São Paulo	Rio de Janeiro	Recife	Salvador
Total	33,6	45,9	41,5	25,9	28,9
Homens	38,3	52,1	49,3	29,2	32,9
Branços	47,9	56,3	59,5	37,7	52,9
Não Brancos	25,9	42,8	36,0	24,7	29,9
Mulheres	25,3	35,1	29,0	20,5	37,6
Brancas	31,3	37,5	35,0	26,4	35,6
Não Brancas	17,5	30,3	21,3	16,4	21,5

Fonte. PNAD 1990 - Suplemento Trabalho

A investigação do local em que a atividade se desenvolve revelou-se um dos fatores que mais diferencia o trabalho feminino do masculino. A importância das responsabilidades domésticas no condicionamento da inserção ocupacional das mulheres fica evidenciado na frequência com que exercem suas atividades no domicílio em que moram. De fato, 82,8% dos trabalhadores que realizam seu trabalho no domicílio em que moram são mulheres. Contrariamente, os homens representam 70% das pessoas ocupadas em lojas, oficinas etc, indicando maior presença no espaço público (Gráfico 2).

Existe um padrão masculino de distribuição por local de trabalho, independentemente da raça. Assim, tanto os homens brancos quanto os não brancos se concentram principalmente em lojas e oficinas, seguido de outro domicílio. Entre as mulheres não há uma distribuição comum a todas: as brancas concentram-se, prioritariamente, em lojas, oficinas etc., seguido do próprio domicílio enquanto que para não brancas esta hierarquia se inverte. A mulher não branca é a que mais desenvolve suas atividades confinadas ao espaço doméstico.

Quadro 3 - Distribuição dos trabalhadores em pequenos empreendimentos por grupo de horas trabalhadas por semana segundo o sexo - 1990

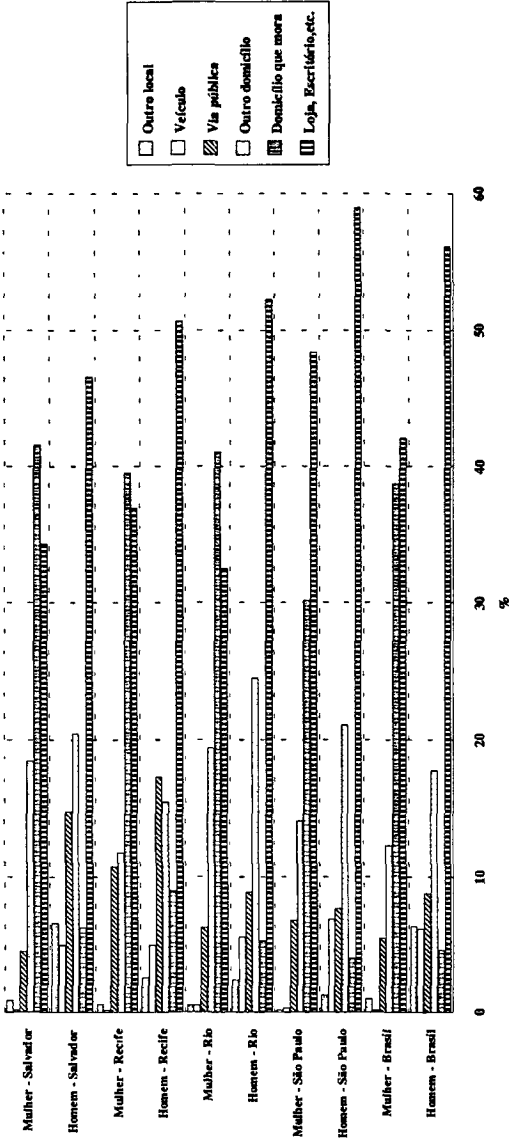
Regiões Metropolitanas	Total	Horas por Semana		
		Até 39 horas	40 a 48 horas	Mais de 48 horas
Brasil				
Homens	100,0	15,5	49,4	35,1
Mulheres	100,0	50,2	31,7	18,1
São Paulo				
Homens	100,0	11,4	46,6	42,0
Mulheres	100,0	41,1	38,4	20,5
Rio de Janeiro				
Homens	100,0	18,1	50,9	31,0
Mulheres	100,0	55,8	30,4	13,8
Recife				
Homens	100,0	22,0	53,1	24,9
Mulheres	100,0	49,7	35,1	15,2
Salvador				
Homens	100,0	22,8	48,8	28,4
Mulheres	100,0	52,5	30,4	17,1

Fonte: PNAD 1990 - Suplemento Trabalho

Parte significativa das mulheres que trabalham no próprio domicílio são chefes de família (20,3%) e cônjuges (65,2%) o que, possivelmente, contribui para o exercício de atividades mercantis no espaço da vida familiar.

A comparação entre as quatro regiões metropolitanas mostrou que mesmo em São Paulo, onde a proporção de mulheres trabalhando em lojas, oficinas, escritórios ou fábricas (locais adequados e destinados especificamente ao desempenho da atividade) é a mais elevada (48,4% das mulheres), ainda assim ela é inferior à dos homens em situação idêntica (59%). O segundo tipo de local, em importância, para as atividades femininas, em São Paulo, é o próprio domicílio em que a pessoa mora (30,2%) enquanto apenas 4% dos homens trabalham no próprio domicílio.

Gráfico 2- Distribuição por local de trabalho segundo sexo



Nas outras três áreas estudadas, o trabalho feminino desenvolvido na própria casa prevalece sobre aquele realizado em locais "estabelecidos" ou "organizados", atingindo cerca de 40% das mulheres. Se considerarmos o trabalho em casa de clientes ou patrões, veremos que mais da metade das mulheres trabalham em casa (51,4% em Recife; 60,1% em Salvador e 60,5% no Rio de Janeiro).

O desempenho de atividades de camelôs, biscateiros ou qualquer outra prestação de serviços precários oferecidos em via pública, presença constante e crescente nos grandes centros urbanos, conta, também, com a participação acentuada das mulheres, principalmente em Recife, onde alcança 10,8% do trabalho feminino.

As mulheres, diferentemente dos homens, não logram se incorporar neste segmento mercado de trabalho como trabalhadoras a tempo integral. Embora as mulheres representem apenas 36,4% da população aí empregada, somam 65% dos trabalhadores a tempo parcial (jornada inferior a 40 horas semanais) (Quadro 3).

Mais da metade das mulheres trabalham a tempo parcial, enquanto que apenas 15,5% dos homens o fazem. Muito provavelmente devido a sua posição na família - 19,1% das mulheres são chefes de família e 56,5% são cônjuges -, elas combinam atividades domésticas com outras, remuneradas ou não. Esta realidade é ainda mais marcante para as mulheres não brancas que trabalham, proporcionalmente, mais em tempo parcial (53,6%). O importante a ser realçado é que praticamente metade das mulheres, independentemente da raça e da região metropolitana, não desenvolvem jornada integral de trabalho.

Para completar o quadro da situação dos trabalhadores em pequenos estabelecimentos, a análise de seus rendimentos constitui um indicador da maior relevância. Trabalhar no informal para o homem pouco afeta o nível de seu rendimento, enquanto que para a mulher pode significar uma perda de quase 20% do seu rendimento médio. O rendimento médio dos homens nesses estabelecimentos (5,3 SM) é muito próximo ao rendimento médio dos homens ocupados em atividades não agrícolas no Brasil, enquanto que para as mulheres há uma redução sensível, passando de 3,2 SM para 2,7 SM, em média (Quadro 4).

Quadro 4 - Rendimento médio mensal em salários mínimos - 1990

	Brasil	Regiões Metropolitanas			
		São Paulo	Rio de Janeiro	Recife	Salvador
Total					
Homens	5,3	9,0	4,9	3,7	4,4
Mulheres	2,7	4,8	2,7	2,5	2,6
Não Brancos					
Homens	3,7	6,9	3,3	3,0	3,2
Mulheres	1,9	3,4	1,7	1,8	1,9
Contribuintes					
Homens	8,4	12,1	6,7	6,4	7,2
Mulheres	4,8	6,8	4,1	4,6	4,6
Não Contribuintes					
Homens	3,2	5,6	3,2	2,5	2,9
Mulheres	2,0	3,8	2,0	1,9	1,9

Fonte: PNAD 1990 - Suplemento Trabalho

Quadro 5 - Rendimento médio em salários mínimos dos trabalhadores não agrícolas em pequenos empreendimentos por anos de estudo - Brasil 1990

Anos de Estudo	Homens	Mulheres	
		Total	Não Brancas
Total	5,3	2,7	1,9
Sem instrução e menos de 1 ano	2,4	1,0	0,9
De 1 a 3 anos	3,4	1,5	1,4
De 4 a 7 anos	4,4	2,3	1,8
De 8 a 11 anos	7,5	3,3	2,6
12 anos ou mais	18,7	9,7	8,6

Fonte: PNAD 1990 - Suplemento Trabalho

Souto, Porcaro e Jorge⁶, em sua análise do perfil dos trabalhadores e de seus rendimentos, já apontavam que os rendimentos dos homens, não importa em que setores de atividade ou ocupações, sempre foram e continuam sendo bem mais elevados que o das mulheres. No estudo dos trabalhadores dos pequenos empreendimentos, mais uma vez verificou-se que o rendimento médio das mulheres equivale à cerca de metade do rendimento médio masculino qualquer que seja o ângulo de análise. Esta diferença não se altera muito com a elevação do nível de escolaridade. Na verdade, uma mulher com 8 a 11 anos de estudo alcança rendimento igual ao de um homem com 1 a 3 anos de estudo. Possivelmente, as mulheres procuram desempenhar alguma atividade rentável ainda que pouco compatível com a sua escolaridade. De qualquer forma é importante ressaltar que este *gap* entre rendimentos e escolaridade feminina pode atuar perversamente seja como desestímulo à escolarização feminina, seja como desestímulo à incorporação pelas mulheres de uma identidade ocupacional para além de sua identidade doméstica (Quadro 5).

A situação das mulheres não brancas é ainda mais perversa, já que para alcançar o salário médio das brancas com 4 e 7 anos de estudo devem estudar mais 4 anos (8 a 11). O diferencial médio de salários de mulheres brancas e não brancas é um pouco menor do que entre homens e mulheres (0,51 contra 0,56).

Examinando as remunerações por local de trabalho vê-se que o menor diferencial por sexo está entre os que trabalham em via pública como o comércio ambulante, enquanto que o maior diferencial se encontra entre os que trabalham no domicílio em que moram. Este último dado sugere que para os homens trabalharem onde moram pode significar maximização de vantagens profissionais ao passo que para as mulheres pode significar uma opção que permite apenas tornar compatível qualquer atividade geradora de renda com as responsabilidades domésticas (Quadro 6).

Na busca dos principais fatores que acarretam níveis de remuneração diferenciados para homens e mulheres, viu-se que variáveis como jornada semanal de trabalho, o nível de instrução formal, o posição na ocupação e contribuição à Previdência Social não explicam a desigualdade. Portanto, ela parece decorrer das atividades e ocupações exercidas por cada gênero. Quanto às atividades, verifica-se que é maior a presença feminina em setores tradicionais (comércio e prestação de serviços) onde há menores barreiras à entrada de novos trabalhadores, exige-se menor qualificação e treinamento de mão-de-obra, há maior flexibilidade de horário e da escolha do local onde se trabalha, porém a produtividade é menor. Já os homens participam relativamente mais em atividades do setor secundário (indústria de transformação e construção civil) e, no terciário, são mais numerosos em serviços mais

⁶ SOUTO, J., PORCARO, R. e JORGE, A. . Mudanças no Perfil de Trabalho e Rendimento no Brasil. In. *Indicadores Sociais - uma análise da década de 1980*. IBGE, 1994

Quadro 6 - Rendimento médio em salários mínimos dos trabalhadores não agrícolas em pequenos empreendimentos por local de trabalho e sexo - Brasil 1990

Local de Trabalho	Homens	Mulheres	
		Total	Não Brancas
Total	5,3	2,7	1,9
Loja, oficina, escritório etc.	6,1	4,0	2,6
Domicílio em que mora	5,7	1,8	1,4
Outro Domicílio	3,4	2,0	1,6
Via Pública	3,0	2,4	2,1
Veículo	8,1	3,4	3,9
Outro Local	3,6	1,8	1,1

Fonte: PNAD 1990 - Suplemento Trabalho

Quadro 7 - Proporção de trabalhadores de pequenos estabelecimentos com interesse em emprego com carteira assinada por posição na ocupação segundo sexo - 1990

Regiões Metropolitanas	Total	Posição na Ocupação			
		Empregado sem Carteira	Conta Própria	Empregador	Não Remun.
Brasil					
Homem	44,6	73,2	36,6	12,8	60,1
Mulher	46,8	66,2	46,6	10,9	36,8
São Paulo					
Homem	35,1	66,4	29,9	7,6	50,0
Mulher	35,6	50,8	34,6	11,8	29,0
Rio de Janeiro					
Homem	40,8	69,0	36,2	8,9	50,0
Mulher	43,7	67,1	42,5	14,8	16,7
Recife					
Homem	51,7	77,3	44,8	12,2	71,0
Mulher	50,5	81,1	48,9	18,5	35,4
Salvador					
Homem	57,6	82,7	54,7	11,9	82,8
Mulher	58,8	80,0	60,8	14,3	32,0

Fonte: PNAD 1990 - Suplemento Trabalho

modernos e especializados e de maior conteúdo tecnológico. Por outro lado, constata-se uma maior concentração ocupacional das mulheres. As dez ocupações mais freqüentes, entre as mulheres que trabalham em pequenas unidades produtivas, ocupam cerca de 50% dessas trabalhadoras, enquanto, entre os homens, as dez ocupações mais freqüentes atingem 38% do total.

10 ocupações mais freqüentes por gênero

Mulheres (50%)	Homens (38%)
costureiras	motoristas
faxineiras	pedreiros
balconistas	balconistas
professoras	vendedor por conta própria
auxiliar de escritório	trabalhador braçal
vendedor por conta própria	servente de pedreiro
lavadeiras	auxiliar de escritório
ocupações mal definidas	ocupações mal definidas

A análise dos rendimentos nas quatro regiões metropolitanas mostra que aí se repete o mesmo padrão observado para o Brasil. Entretanto, Recife apresenta os menores níveis de rendimento e, também, o menor diferencial entre a remuneração de homens e mulheres. Em São Paulo, onde os níveis de rendimento são os mais elevados, as mulheres recebem 53% da remuneração média dos homens.

As informações analisadas permitem avaliar, também, o interesse dos empregados sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria, empregadores e não remunerados, deste setor, em mudar para empregos com carteira assinada, estabilidade e garantias trabalhistas. Os resultados revelam que pouco menos da metade tinham interesse em passar para um emprego com carteira assinada. Isto é válido tanto para homens como para mulheres.

A comparação entre sexos revela que as trabalhadoras por conta própria demonstraram muito mais interesse em mudar para emprego com carteira assinada (46,6%) do que os homens nessa situação (36,6%), ao passo que entre os empregados sem carteira assinada os homens (73,3%) estavam mais desejosos de mudar para empregos com carteira assinada do que as mulheres (66,2%). Certamente, esses empregados sem carteira têm todos os ônus associados a uma situação de emprego (cumprimento de jornada, maior controle de atividades etc) sem os direitos trabalhistas devidos.

Possivelmente, o maior interesse das mulheres que trabalham por conta própria em terem carteira assinada, em relação aos homens na mesma posição, se deve ao fato de que o conta própria feminino aproxima-se de

um assalariamento disfarçado, como é o caso das costureiras a domicílio, subcontratadas por empresas, enquanto que para os homens isto significa beneficiar-se de uma posição de autonomia frente ao mercado. Por outro lado, o menor interesse das mulheres em relação aos homens, sem carteira assinada, de mudar para empregos com carteira assinada pode indicar que para as mulheres isto implicaria assumir jornada de trabalho integral, o que sua posição na família não permitiria.

Entretanto, regionalmente as aspirações são bastante diferenciadas. Em São Paulo, apenas 35% seja dos homens, seja das mulheres demonstraram este desejo, sendo esta proporção maior entre os empregados sem carteira assinada (50,8% no caso das mulheres e 66,4% entre os homens). Por outro lado, na região metropolitana de Salvador quase 60% dos trabalhadores, independentemente do sexo, gostariam de ter emprego com essas garantias (cerca de 80% entre os empregados sem carteira assinada).

Dois outros pontos merecem consideração. Em primeiro lugar, no caso dos empregadores, as mulheres apresentam maior interesse relativo do que os homens, principalmente em Recife (18,5%). Em segundo lugar, cabe destacar que, entre os não remunerados, as mulheres têm relativamente interesse muito menor que o dos homens em sair desta situação, provavelmente porque consideram seu trabalho como "ajuda" em negócios familiares.

Trabalhadores domésticos - o limite da precarização

A decisão de analisar separadamente os trabalhadores domésticos não foi arbitrária nem gratuita. Esta categoria de trabalhadores apresenta características que justificam plenamente sua análise em separado. Em primeiro lugar, o grande peso que detêm no total de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas em pequenos empreendimentos e especialmente entre as mulheres: os trabalhadores domésticos representam 18,3% das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas em pequenos estabelecimentos, mas chegam a 36,3% entre as mulheres. Mais de um terço das mulheres ocupadas em pequenos estabelecimentos não agrícolas são empregadas domésticas. Por outro lado, trabalhadores domésticos têm uma condição de trabalho bastante diferente dos outros trabalhadores assalariados. Por um lado, ao contrário dos outros trabalhadores na indústria e no comércio, não produzem valores de troca uma vez que o resultado do seu trabalho não é vendido no mercado mas apropriado para o uso doméstico das famílias que os empregam. Por outro, detêm uma especificidade nas relações de trabalho que é caracterizada, como veremos abaixo, por uma forte precarização em termos de salários e de contribuição à Previdência, que os distingue dentro de um setor que já apresenta características de precarização bastante importantes. Finalmente, esta categoria é uma categoria essencialmente feminina, com uma taxa de participação das mulheres que supera os 90%.

Quadro 8 - Proporção de Trabalhadores Domésticos por Sexo e Taxa de Participação Feminina - 1990

	Total	Homens	Mulheres	Taxa Part. Feminina
Nas atividades não agrícolas	7,8	1,0	18,1	92,2
Em pequenos empreendimentos	18,4	2,6	36,3	92,4

Fonte: PNAD-90 - Suplemento Trabalho

Parece importante, portanto, delinear um quadro mais preciso desta categoria. Uma primeira constatação, já mencionada, é que é uma categoria predominantemente feminina. De um total de quase três milhões e oitocentos mil pessoas, 92,2% são mulheres, que estão concentradas na sua quase totalidade em empreendimentos com até cinco pessoas ocupadas. O número de homens trabalhadores domésticos é muito baixo, não chegando a trezentos mil.

Essa alta taxa de participação feminina tem, no entanto, diferenças regionais que merecem alguma consideração. Assim, nas regiões metropolitanas menos desenvolvidas, Recife e Salvador, a taxa de participação feminina cai, indicando uma maior participação de homens. No entanto, ela volta a atingir os 90%, no Rio, e 93,2%, em São Paulo, onde supera média nacional, o que parece sem dúvida indicar que um mercado de trabalho mais diversificado e formalizado retira do trabalho doméstico os poucos homens que a ele recorrem, ficando estes serviços cada vez mais restritos a mulheres.

Quadro 9 - Taxa de Participação Feminina no Serviço Remunerado Doméstico Segundo Regiões Metropolitanas - 1990

Região Metropolitana	Taxa de Part. Feminina
Brasil	92,4
Recife	89,8
Salvador	89,3
Rio de Janeiro	90,5
São Paulo	93,2

Fonte: PNAD-90 - Suplemento Trabalho

Uma segunda constatação imediata é a maior informalidade e precariedade desta categoria de trabalhadores, especialmente no caso das mulheres. Por um lado, a proporção de contribuintes para a Previdência Social é muito baixa em geral, 23,8%, ou seja, 77,8% dos trabalhadores domésticos não contribuem para a Previdência. Entre os homens o percentual de contribuintes chega a 43,9%, mas entre as mulheres ele é de apenas 22,1%. Por outro lado, a categoria mais importante em relação à posição na ocupação é a de empregados sem carteira assinada, que representa 74,4% do total dos empregados domésticos. A proporção de trabalhadores domésticos com carteira assinada é, portanto, baixa em geral. Mas é possível perceber diferenças entre os gêneros, uma vez que entre os homens, os empregados com carteira assinada atingem 38,9%, quase o dobro da proporção de mulheres trabalhadoras domésticas com carteira assinada (18,9%).

Quadro 10 - Trabalhadores Domésticos por Sexo Segundo a Contribuição à Previdência - 1990

Contribuição à Previdência	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Total	100,0	100,0	100,0
Contribuintes	23,8	43,9	22,1
Não contribuintes	76,2	56,1	77,9

Fonte: PNAD-1990, Suplemento Trabalho

Uma análise mais atenta com relação à posição na ocupação vai permitir algumas outras considerações interessantes, ainda que seja necessário ter cuidado diante do pequeno número absoluto de homens nas diferentes categorias. Se como já afirmamos, a categoria empregado sem carteira assinada é a categoria mais representativa, ainda que apresente variações importantes entre homens e mulheres, a categoria por conta própria assume um peso mais significativo para as mulheres. Assim, 5,1% das mulheres são trabalhadoras domésticas por conta própria, sendo que esta proporção aumenta sensivelmente em algumas regiões metropolitanas analisadas.

De fato, ao considerarmos as diferenças regionais na posição na ocupação dos trabalhadores domésticos, temos algumas indicações interessantes não apenas diferenciando nitidamente as regiões metropolitanas entre si, como também mostrando diferenças importantes entre as quatro regiões metropolitanas analisadas e o Brasil como um todo (Quadro 12).

A predominância das trabalhadoras domésticas por conta própria é grande em todas as capitais, com exceção de Recife. O Rio de Janeiro chama especial atenção, com 12,5% das trabalhadoras domésticas mulheres

nessa categoria, mais que o dobro da média nacional e superior até mesmo a São Paulo.

Quadro 11 - Trabalhadores Domésticos por Sexo, Segundo a Posição na Ocupação e Contribuição à Previdência - 1990

Contribuição à Previdência e Posição na Ocupação	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Total	100,0	100,0	100,0
Conta própria	4,8	1,6	5,1
Com carteira	20,4	38,9	18,9
Sem carteira	74,4	58,4	75,7
Contribuintes	100,0	100,0	100,0
Conta própria	2,4	-	2,8
Com carteira	85,7	88,7	85,3
Sem carteira	11,8	11,3	11,9
Não Contribuinte	100,0	100,0	100,0
Conta própria	5,6	2,9	5,8
Com carteira	-	-	-
Sem carteira	94,0	95,2	93,9

Fonte: PNAD-90

Na categoria de empregado com carteira assinada, as quatro regiões metropolitanas apresentam indicadores melhores do que a média nacional (20,4%) para o total dos trabalhadores domésticos, Recife e Salvador apresentando uma ligeira elevação (23,6% e 26,3%) e Rio e São Paulo superando os 30%. Esses números são muito distintos quando se considera a variável sexo. De fato, se os empregados domésticos homens atingem 60% com carteira assinada em São Paulo e 51,1% no Rio de Janeiro, em Recife e Salvador ficam respectivamente com 20,6% e 30,2%, bem abaixo da média nacional para os homens (38,9%). Em relação às trabalhadoras domésticas mulheres, no entanto, todas as quatro regiões metropolitanas apresentam indicadores melhores que a média nacional para mulheres empregadas com carteira assinada (18,9%). Recife e Salvador ficando próximos aos 25% e Rio de Janeiro e São Paulo próximos aos 30%. Parece, portanto, ter-se consolidado relativamente mais nas grandes metrópoles a prática de formalizar o trabalho doméstico, enquanto que, no resto do Brasil, ainda predomina o não cumprimento do que estabelece a Constituição de 1988.

Quadro 12 - Trabalhadores Domésticos por Posição na Ocupação Segundo Regiões Metropolitanas - 1990 (%)

Reg. Metropolitana	Total	Conta Própria	Com Carteira	Sem Carteira
Brasil	100,0	4,8	20,4	74,4
Recife	100,0	2,7	23,6	73,7
Salvador	100,0	1,3	26,3	71,9
Rio de Janeiro	100,0	11,5	31,7	56,4
São Paulo	100,0	9,0	34,5	58,5

Fonte: PNAD-90

Quadro 13 - Trabalhadores Domésticos por Sexo, Segundo a Posição na Ocupação e Regiões Metropolitanas - 1990 (%)

Total	Brasil		Recife		Salvador		RJ		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Com cart.	38,9	18,9	20,5	23,9	30,2	25,8	41,1	29,6	60,0	30,4
Sem cart.	58,4	75,7	71,8	73,9	69,8	72,2	42,6	57,9	40,0	59,9
Conta própria	1,6	5,1	7,9	2,2	-	1,5	21,1	12,5	-	9,7

Fonte. PNAD-90

A introdução da variável cor (Quadro 14) modifica mais uma vez os contornos do perfil das trabalhadoras domésticas. A variável cor foi considerada apenas para as mulheres, uma vez que o reduzido número absoluto de homens na categoria de trabalhadores domésticos não permitia uma grande desagregação em sub-categorias. A variável cor mostra que as mulheres não brancas apresentam indicadores piores se comparadas com as brancas. Assim, entre as trabalhadoras domésticas mulheres brancas o percentual de empregadas com carteira assinada (21,4%) está acima da média nacional (18,9%), enquanto que entre as não brancas ele é menor (17,1%).

Por outro lado, chama atenção como essa diferenciação entre brancas e não brancas varia regionalmente de forma sensível. Assim, a proporção de empregadas domésticas mulheres com carteira assinada no Recife pouco varia entre brancas e não brancas: um diferencial de apenas 0,9%. Salvador e São Paulo apresentam, respectivamente, 9,5 e 8,4 pontos percentuais de variação: em Salvador, 34,2% das brancas têm carteira assinada, contra 24,7% das não brancas; em São Paulo, 34,8% das brancas têm

carteira assinada, contra 26,4% das não brancas. O Rio de Janeiro chama mais uma vez a atenção. É lá que existe a maior diferença entre brancas e não brancas: 17,6 pontos percentuais; 42,0% das brancas têm carteira assinada, contra apenas 24,4% das não brancas.

A categoria por conta própria também varia regionalmente quando se leva em conta a cor. O Rio de Janeiro, que já aparecia como sendo a área metropolitana onde esta categoria era mais significativa, apresenta um quadro onde claramente as não brancas compõem a maioria: 8,4% das mulheres brancas são trabalhadoras domésticas por conta própria, e 14,2% das não brancas estão nesta categoria. Em São Paulo, o diferencial é menor mas a tendência é a mesma: uma maior proporção de não brancas está nesta categoria.

Quadro 14 - Trabalhadoras Domésticas, Mulheres, por Cor, Segundo Posição na Ocupação e Região Metropolitana - 1990 (%)

	Conta Própria	Empregado com Carteira	Empregado sem Carteira
Brasil			
Branças	5,7	21,4	72,8
Não brancas	4,7	17,1	77,9
Recife			
Branças	3,8	24,5	71,7
Não brancas	1,4	23,6	75,0
Salvador			
Branca	-	34,2	65,8
Não brancas	1,7	24,7	73,0
Rio de Janeiro			
Branças	8,4	42,0	49,6
Não brancas	14,2	24,4	61,4
São Paulo			
Branças	8,4	34,8	56,8
Não branca	10,9	26,4	62,6

Fonte: PNAD-90

Quadro 15 - Trabalhadoras Domésticas, Mulheres, por Cor Segundo Contribuição à Previdência e Região Metropolitana - 1990 (%)

	Contribuinte	Não Contribuinte
Brasil		
Branças	24,1	75,9
Não brancas	20,7	79,3
Recife		
Branca	28,3	71,7
Não brancas	29,1	70,9
Salvador		
Branca	39,0	61,0
Não brancas	28,3	71,7
Rio de Janeiro		
Branças	48,1	51,9
Não brancas	29,3	70,7
São Paulo		
Branças	38,7	61,3
Não brancas	32,8	67,2

Fonte: PNAD-90

Um outro aspecto que chama atenção no quadro acima é a diferença importante entre brancas e não brancas com relação à contribuição à Previdência. Em Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo a proporção de contribuintes é muito maior entre as brancas. Essa diferença é especialmente grande no Rio de Janeiro, onde a proporção de brancas contribuindo para a Previdência é quase o dobro das não brancas.

A análise dos rendimentos médios dos trabalhadores domésticos (Quadro 16) reforça o quadro de precariedade dessa categoria. Marcada por um salário médio extremamente baixo em geral, que nunca atinge dois salários mínimos, nem mesmo para os homens, as mulheres mantêm sua posição de inferioridade, com um rendimento médio quase 50% menor que o dos homens.

A análise por posição na ocupação indica, no entanto, que esta relação se inverte apenas na categoria por conta própria, onde as mulheres conseguem ganhar mais que os homens, enquanto que nas outras duas, empregados com e sem carteira, as mulheres sempre ganham um pouco menos. Essa situação se repete nas quatro regiões metropolitanas: em todas

elas, as mulheres domésticas por conta própria ganham um pouco mais que os homens por conta própria.

Tanto no Brasil, como um todo, quanto nas quatro regiões metropolitanas, a situação dos empregados domésticos sem carteira é a mais precária, precariedade que aumenta quando se considera apenas as mulheres, que ganham menos de um salário mínimo em média.

Quadro 16 - Rendimento Médio Mensal em Salários Mínimos de Trabalhadoras Domésticas Mulheres, por Cor, Segundo a Posição na Ocupação - 1990

	Total	Rendimento Médio		
		Conta própria	Com carteira	Sem carteira
Total				
Brasil				
Homens	1,4	1,4	1,7	1,2
Mulheres	1,0	1,7	1,4	0,9
Mulheres				
Brasil	1,0	1,7	1,4	0,9
Branças	1,1	1,6	1,5	0,9
Não brancas	1,0	1,8	1,4	0,8
Recife				
Branças	0,9	0,9	1,9	0,8
Não brancas	0,8	1,5	1,0	0,7
Salvador				
Branças	0,9	-	1,2	0,7
Não brancas	0,8	1,5	1,1	0,7
Rio de Janeiro				
Branças	1,2	1,1	1,4	1,1
Não brancas	1,3	1,7	1,4	1,1
São Paulo				
Branças	2,0	3,0	2,1	1,8
Não brancas	2,0	2,8	2,2	1,8

Fonte: PNAD-90

A introdução da variável cor na análise do rendimento médio das mulheres trabalhadoras domésticas mostra, mais uma vez, que as não brancas apresentam rendimentos médios inferiores às brancas nas categorias de

empregados com e sem carteira. Apenas entre as trabalhadoras por conta própria essa relação se inverte. A presença maciça das não brancas nesta categoria pode justificar esse resultado.

A análise segundo anos de estudo, grupos de idade e tempo de permanência no trabalho dos trabalhadores domésticos mostra algumas características interessantes. A distribuição por anos de estudo não difere muito entre homens e mulheres nas categorias intermediárias. No entanto, um detalhe chama atenção: os homens sem instrução ou com menos de um ano de estudo são, proporcionalmente, quase o dobro da mesma categoria de mulheres (30,2% homens; 17,7% mulheres). Parece que esta ocupação só é escolhida por homens que realmente têm muito pouca chance no mercado de trabalho. Isso se reflete igualmente no outro extremo, quando vemos que existe, proporcionalmente, um menor número de homens com instrução acima de cinco anos ou um maior número de mulheres com mais de cinco anos de instrução que continuam a ser empregadas domésticas. Parece, portanto, que a educação superior das mulheres nem sempre consegue melhorar sua posição no mercado de trabalho.

Quadro 17 - Trabalhadoras Domésticas por Cor Segundo Anos de Estudos - 1990 (%)

	Anos de Estudos				
	menos de 1 ano	1 a 2 anos	3 a 4 anos	5 a 8 anos	9 anos ou mais
Brasil					
Branças	3,7	14,9	37,9	29,2	4,0
Não brancas	20,6	17,1	34,6	24,5	3,0
Recife					
Branças	28,3	17,0	32,1	17,9	4,7
Não brancas	33,6	15,5	28,2	10,9	1,8
Salvador					
Branças	22,0	22,0	34,1	21,9	-
Não brancas	20,4	18,1	34,2	24,4	2,6
Rio de Janeiro					
Branças	17,6	14,5	31,3	30,5	5,3
Não brancas	19,3	14,8	29,9	33,1	2,9
São Paulo					
Branças	17,4	16,8	0,0	21,3	4,5
Não brancas	24,1	17,2	32,2	22,4	4,0

Fonte: PNAD-90

A distribuição por idade mostra que existe também uma diferença importante entre homens e mulheres. Enquanto apenas 14,6% dos homens têm menos de 17 anos, 24,3% das mulheres são menores. Mais da metade dos homens (58,7%) tem mais de 25 anos, enquanto que 49,4% das mulheres têm menos de 25. Parece que as mulheres entram mais jovens no serviço doméstico, numa situação de maior subordinação.

Quadro 18 - Trabalhadoras Domésticas Mulheres por Cor Segundo Grupo de Idade - 1990 (%)

	Grupos de Idade				
	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 59	60 anos ou mais
Brasil					
Brancas	8,8	14,0	24,6	50,3	2,3
Não brancas	9,6	15,9	25,4	46,5	2,7
Recife					
Brancas	0,9	10,4	27,4	60,4	0,9
Não brancas	5,5	12,7	22,7	55,9	3,2
Salvador					
Brancas	4,9	19,5	34,1	41,5	-
Não brancas	7,2	16,5	32,6	42,4	1,3
Rio de Janeiro					
Brancas	-	6,1	22,1	67,9	3,8
Não brancas	3,5	6,8	14,7	69,1	5,8
São Paulo					
Brancas	1,3	7,7	14,8	79,3	5,8
Não brancas	2,9	6,4	19,5	67,2	4,0

Fonte: PNAD-90

Com relação ao tempo de permanência no emprego, o trabalho doméstico parece ser, em geral, um trabalho de tempo curto (62,4% ficam menos de dois anos no emprego). Essa percentagem é ligeiramente superior para as mulheres: 63,2%. Por outro lado, os homens têm 9,5% entre os com dez anos ou mais, enquanto que as mulheres têm 7,9%.

Quadro 19 - Trabalhadoras Domésticas por Cor Segundo Tempo de Permanência no Emprego - 1990 (%)

	Tempo de Permanência no Emprego			
	menos de 2 anos	2 a 4 anos	5 a 9 anos	10 anos ou mais
Brasil				
Branças	62,4	19,4	10,7	7,3
Não brancas	63,8	17,2	10,7	8,3
Recife				
Branças	56,7	18,8	9,4	16,0
Não brancas	56,7	21,4	10,9	10,9
Salvador				
Branças	61,0	29,3	49,1	49,9
Não brancas	63,8	18,4	9,9	7,2
Rio de Janeiro				
Branças	39,7	25,9	19,9	14,5
Não brancas	49,5	19,3	15,4	15,8
São Paulo				
Branças	58,7	16,8	14,2	10,3
Não brancas	56,9	13,8	13,2	16,1

Fonte: PNAD-90

Comentários finais

Apesar do crescimento significativo da participação feminina no desenvolvimento econômico do Brasil, na última década, a análise do setor informal permite constatar que esta participação se faz em condições muito desfavoráveis quando comparada à dos homens.

Mesmo em um setor caracterizado pela precariedade de trabalho em geral, as mulheres concentram os piores indicadores: menor proporção de vinculação à Previdência Social; menores níveis de remuneração; jornadas de trabalho reduzidas; local de trabalho pouco adequado às atividades econômicas e, além disso, uma elevada participação no trabalho doméstico remunerado. A situação das mulheres não brancas é ainda mais precária.

Qualquer política de desenvolvimento econômico e social no Brasil tem que enfrentar o desafio de melhorar as condições de trabalho de uma parcela significativa de trabalhadores, corrigindo as enormes desigualdades de gênero e raça.